



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681087 - SC (2021/0224462-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JEFFERSON DE OLIVEIRA LIMA (PRESO)
PACIENTE : LUCAS VINICIUS MORINI SILVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JEFFERSON DE OLIVEIRA LIMA e LUCAS VINICIUS MORINI SILVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação n. 0014691-95.2019.8.24.0038).

Os pacientes foram condenados, pela prática do delito previsto no art. 157, § 2º, II, e § 2º-A, I, por duas vezes, na forma do art. 71, todos do Código Penal em regime inicial fechado, às penas, respectivamente, de 10 anos, 4 meses e 13 dias de reclusão e de 25 dias-multa; e de 14 anos, 8 meses e 8 dias de reclusão e de 29 dias-multa.

A impetrante sustenta a ausência de fundamentação idônea a justificar a exasperação da pena-base pela valoração negativa da culpabilidade, sendo devido o afastamento da vetorial.

Assevera a desproporcionalidade do *quantum* de aumento aplicado em razão dos maus antecedentes em relação ao réu LUCAS, defendendo a diminuição da fração para 1/5 pelas duas condenações pretéritas.

Alega a inexistência de motivação para o aumento cumulativo de majorantes especiais, destacando que deve ser aplicada exclusivamente a exasperação prevista no inciso I do § 2º-A do art. 157 do Código Penal, nos termos do art. 68 do Código Penal.

Requer, liminarmente, a suspensão do acórdão impugnado até o julgamento final do presente *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja redimensionada a sanção dos pacientes na primeira e terceira fases da dosimetria da pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente